

# CEDI

## Povos Indígenas no Brasil

Fonte: A Gazeta Class.: Kaxarari 12

Data: 01/02/94 Pg.: \_\_\_\_\_

# Madeireiros são presos na Extrema

■ Os dois madeireiros vinham devastando há meses a reserva indígena Kaxarari de onde retiravam mogno e cedro

Agentes da Polícia Federal prenderam ontem, na Vila Extrema, dois madeireiros que vinham devastando, há meses, a reserva indígena Kaxarari para retirar mogno e cedro, além de outras madeiras nobres. Os presos são Antônio Pereira, o velho Antônio, e Itamar. Segundo denúncias da Funai, que foram confirmadas pela Polícia Federal, são os maiores responsáveis pela exploração ilegal de madeiras na área Kaxarari. Antônio e Itamar, que agiam com outros madeireiros, alguns até de Rondônia, já teriam retirado mais de 20% das madeiras nobres da reserva indígena.

A prisão de Antônio Pereira e Itamar, que foram trazidos ontem para Rio Branco, foi decretada

pelo juiz federal Evandro Reimão dos Reis. O superintendente da PF no Acre, Ildor Reni Graebner, informou que a prisão dos madeireiros será apenas por cinco dias. Eles vão ficar presos numa cela da Superintendência da Polícia Federal. Enquanto isso, os agentes vão continuar suas investigações na Vila Extrema. Antônio e Itamar, além de invadirem a reserva, segundo se apurou, também estavam escondendo as madeiras para se livrarem do flagrante.

Para Reni, a prisão de Antônio e Itamar é uma prova de que a Polícia Federal está jogando pesado contra aqueles que estão devastando áreas de preservação permanente, como é o caso da reserva in-

dígena Kaxarari. Disse que outros madeireiros que atuam na Vila Extrema também estão sendo investigados. "Se as denúncias forem comprovadas, nós vamos pedir a decretação da prisão de todos eles à Justiça Federal", garantiu o superintendente da PF.

Os dois madeireiros, segundo Reni Graebner, vão ser indiciados por retirada ilegal de madeiras, invasão de área de preservação permanente e por tentarem dificultar as investigações da Polícia Federal. De acordo com o delegado, a exploração de madeiras em áreas indígenas — é o caso da reserva Kaxarari — só pode ser feita com autorização do Congresso Nacional e o presidente da República. Reni

acrescentou, também, que se nenhuma providência tivesse sido adotada a reserva Kaxarari seria devastada em pouco tempo pelos madeireiros.

Apesar da prisão de Antônio Pereira e Itamar, informou Reni Graebner, a Polícia Federal vai continuar atuando na região de Extrema. Disse que o objetivo é autuar todo e qualquer madeireiro que estiver retirando mogno, cedro e outras madeiras da reserva Kaxarari. Para ele, se isso não for feito os madeireiros vão acabar com a reserva num curto espaço de tempo. Reni explicou, ainda, que a PF está vigilante e vem atuando em outras regiões do Estado, toda vez que é acionada, para coibir a retirada indiscriminada de madeiras.

### Denúncias apuradas

#### Salete Maia presidirá comissão

As denúncias sobre a retirada ilegal de madeiras no Acre, principalmente na região de Sena Madureira, vão começar a ser apuradas pelo Ministério Público estadual. A garantia é do procurador em exercício da Justiça, Nilo Figueiredo Maia, que informou, ontem, ter baixado portaria nomeando a promotora Maria Salete Maia para presidir uma Comissão Especial que cuidará do caso. Salete, conforme a portaria, vai presidir a Comissão em caráter provisório.

Para que Salete fosse nomeada, segundo se apurou, foi preciso que um grupo de entidades ambientalistas fizesse pressão sobre o procurador. Além disso, as entidades dentre as quais a CUT, S.O.S. Amazônia, Federação dos Trabalhadores da Agricultura no Acre (Fetacre) e o Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) também denunciaram ao procurador Nilo Maia que, nos últimos dias, milhares de toras de madeiras — cedro e mogno — foram retirados ilegalmente do município de Sena Madureira. Também alertaram que se

uma providência não fosse adotada, a curto prazo, toda a reserva de mogno da região seria devastada.

A Comissão Especial do MP, cuja formação foi pedida há quase um mês, tem como objetivo básico colher subsídios para a abertura de um Inquérito Civil Público. No pedido, feito por quarenta entidades ambientalistas, e também referendado pelo Ibama e Imao, constam denúncias de que mais de 25 mil metros cúbicos de madeiras foram retirados ilegalmente do município. Em função disso, alegam as entidades, somente através de uma ação do Ministério Público seria possível barrar esse processo.

O procurador de Justiça, Nilo Maia, garantiu que o Ministério Público está preocupado com a retirada de madeiras no Estado. Disse que a Comissão Especial ainda não havia sido nomeada por falta de promotores. Porém, segundo ele, como as denúncias se intensificaram o órgão nomeou a promotora Salete Maia, em caráter provisório, para cuidar do caso. Maia revelou, também, que o promotor Ildebrando Evangelista, do Meio Ambiente, retorna hoje de férias e passará imediatamente a integrar a Comissão Especial. As entidades exigem do MP que Salete Maia permaneça no caso.